

Terror, resistência e o que está em jogo

Via [Viento Sur](#)

Escrevo este artigo depois de sábado, 27 de março de 2021, data do tradicional Dia das Forças Armadas [1], inaugurado por um desfile militar digno de um 14 de julho na capital administrativa, Naypyidaw. Foi para comemorar em grande estilo que os soldados saíram em alvoroço, matando pelo menos 102 pessoas, incluindo crianças e um bom número de adolescentes, batendo assim o recorde diário de mortes desde o golpe de Estado de 1 de fevereiro?

Mais uma vez, estamos diante de uma ação concertada: de acordo com os números fornecidos pela AAPP [2], o exército utilizou fogo vivo em mais de 40 cantões em nove regiões, inclusive em áreas residenciais e em Rangoon, a capital econômica e a maior cidade do país. As pessoas que vivem em vários estados nacionais periféricos também não foram poupadas. O Irrawaddy publicou numerosas fotos de (muito) jovens mortos em várias circunstâncias pelo exército. Zue Wint War, 15 anos, foi baleado em 14 de março na região de Rangoon. O estudante do ensino médio morreu imediatamente após levar um tiro na cabeça durante uma batida noturna na vila de South Dagon. Sua família fez circular a nota que ela deixou, que diz: “Se eu morrer em uma manifestação, não leve meu corpo de volta e deixe-o como está”. E continuar lutando. Se nossa revolução [triunfa], eu ficarei feliz em morrer”.

A escalada da violência continua, inexoravelmente, pois pelo menos 423 pessoas já perderam suas vidas. Cerca de 3.000 outros foram presos desde 1 de fevereiro, 2.000 ainda se encontram detidos.

Uma política declarada de terror

A junta militar no poder tem a intenção de esmagar a resistência democrática a qualquer custo em vidas humanas. Para isso, está implementando uma verdadeira política de terror. Uma ditadura geralmente nega ou relativiza seus crimes, e a junta militar cumpre esta regra internacionalmente, mas na própria Birmânia é uma história diferente. Claro, ele rotulará os manifestantes não violentos como amotinados perigosos, mas também procurará aterrorizar com sua linguagem. “Apontamos para o chefe”, afirmam os soldados nas mídias sociais. O exército patrulha anunciando por alto-falantes que “se você construir barricadas, nós o mataremos”. Neste sábado terrível, durante o desfile militar, o General Min Aung Hlaing, líder do golpe e número um da junta, ameaçou a população na televisão pública: “Aprenda a lição daqueles que morreram depois de levar um tiro na cabeça e nas costas... Não morra em vão... [3]”.

As escolas secundárias, universidades e hospitais, os centros do protesto, são ocupados pelo exército. Os funcionários públicos e outros setores em greve estão ameaçados com severas represálias. Por se recusarem a obedecer às ordens da junta, essas pessoas são expulsas de suas casas e forçadas a viver em condições precárias. O estupro é usado como arma de guerra. Com suas armas prontas, os soldados forçam os habitantes dos bairros e aldeias a desmontar as barricadas rudimentares que haviam erguido. O tempo do confronto face a face terminou, quando a firmeza das pessoas reunidas foi suficiente para deter o avanço das unidades repressivas.

Os jovens ainda saem às ruas, mas se seus escudos frágeis os protegem de balas de borracha, eles não têm nenhuma utilidade contra fogo vivo. Para que servem os tiros de funda, mesmo alguns sabres, contra franco-atiradores e carros blindados? O exército estende inexoravelmente sua garra de ferro. As minorias nacionais possuem uma capacidade efetiva de autodefesa armada, mas nada disso existe no país Bamar (neste artigo, a palavra birmanês refere-se a toda a população do

estado federal e Bamar ao grupo étnico majoritário que basicamente habita a bacia do rio Irrawaddy].

A lei marcial foi declarada nos distritos populares, dotando formalmente o comando militar de plenos poderes, incluindo o poder de ordenar execuções sumárias. Os bancos privados que se recusam a reabrir suas agências correm o risco de serem nacionalizados à força. A junta anuncia que prenderá os proprietários de supermercados que se atrevam a fechar suas lojas. Os bens de organizações suspeitas de financiar a resistência, como a Fundação Soros, foram confiscados. O regime estava tentando assegurar o controle total das informações e comunicações; jornais impressos independentes não podiam mais ser publicados. Grandes operações militares foram realizadas mesmo em territórios de minorias étnicas, provocando as primeiras expulsões forçadas e maciças de populações. O país estava em estado de guerra.

A resistência continua

Apesar de tudo, o movimento de desobediência civil continua em vigor. A greve continua paralisando parte da administração pública, os bancos e as empresas. Acontece que, em termos de serviços públicos, a operabilidade do exército parece limitada, como o pessoal ferroviário (eles são funcionários públicos) revelou: os soldados são hoje incapazes de fazer funcionar os trens e o sistema ferroviário funcionar.

Os jovens continuam a demonstrar e a brandir a bandeira da resistência. Eles realizam manifestações relâmpago, a pé ou sobre duas rodas, dispersando-se antes da chegada das forças repressivas (que utilizam brigadas motorizadas para intervir mais rapidamente). Há bairros que estão cheios de símbolos anódinos, mas que indicam que eles estão praticando a dissidência. Há operações em cidades fantasmas, cidades mortas. Jornalistas e fotógrafos encontraram coletivos para informar o mundo, apesar das prisões e brutalidades a que esta profissão está sujeita. As mulheres fazem dispositivos

caseiros com açúcar e nitrato de potássio que geram uma nuvem de fumaça que impede os soldados de mirar com precisão. Os funerais para as vítimas são a ocasião para mostrar, levantando as mãos com três dedos estendidos (um sinal de apoio à luta democrática na região), seu compromisso de continuar a luta até a vitória, ou seja, até porem um fim de uma vez por todas ao poder militar estabelecido em 1962.

A batalha de Hlaing Thar Yar marcou um ponto de viragem nos métodos de resistência. Hlaing Thar Yar é uma vasta zona industrial, localizada no noroeste de Rangoon, onde a greve geral foi maciça [4]. Esta zona industrial se desenvolveu sob a proteção da abertura econômica que começou em 2011. Mais de 700.000 migrantes do interior trabalham lá: são pessoas do interior, 80% delas mulheres, que vivem em dormitórios e cabanas de bambu em uma enorme favela. As fábricas têxteis surgiram como cogumelos e empregam a maior parte da força de trabalho. Suas exportações respondem por 30% do total do país. Sessenta por cento dos investidores são chineses, mas 75% dessa produção é destinada à União Européia e ao Japão, e está isenta de taxas alfandegárias na Europa.

Em Hlaing Thar Yar, as manifestações de rua continuaram até 14 de março. Naquele dia, os manifestantes foram vítimas de soldados armados com metralhadoras e atiradores de elite, que tinham como objetivo matar. Em resposta à repressão, o povo atacou as fábricas, incendiando-as (não sabemos quantas) e assim acertando contas com os chefes chineses que eram adeptos da superexploração: sem banheiros, longas horas de trabalho, proibição dos sindicatos...

Algumas pessoas se perguntam se esses incêndios foram ou não uma provocação para forçar a China a reagir, mas não há nada que pareça confirmar esta hipótese. O sentimento anti-chinês é evidente desde o início da resistência democrática, que censura o Partido Comunista Chinês (PCC) por exigir na ONU um diálogo impossível entre a junta e o Movimento de Desobediência Civil. A China também é o principal fornecedor

de armas ao exército birmanês (junto com a Rússia) e – a influência comercial e política obriga – também as vende para as minorias étnicas do norte, ao longo de sua fronteira, que lutam mais ou menos esporadicamente contra o exército federal (cujo nome oficial é Tatmadaw).

As peculiaridades do exército birmanês

A primeira pergunta que surgiu após o golpe de 1 de fevereiro foi esta: por que o exército decidiu dar este passo em um país onde já controlava a maior parte do poder? Um pouco para garantir o futuro da General em Chefe Min Aung Hlaing, cuja idade se aproxima agora da aposentadoria, mas sobretudo para recuperar as rédeas do poder quando, após sucessivas derrotas eleitorais, a legitimidade política da Tatmadaw estava em declínio em benefício da Liga Nacional para a Democracia (NLD) de Aung San Suu Kyi, que venceu todas as eleições por um deslizamento de terra. Os militares birmaneses optaram pelo Trumpismo: nunca consideramos que isso pudesse acontecer, por isso não aconteceu.

O poder dos militares não foi seriamente ameaçado em nenhum momento. Foi garantida pela Constituição de 2008, que legitimamente lhe garante um bloco de 25% da legislatura (deputados não eleitos), ela própria uma minoria de bloqueio, já que qualquer emenda constitucional requer pelo menos 75% dos votos. Os principais ministérios da Defesa, Interior e Segurança de Fronteiras foram automaticamente investidos no Tatmadaw. O Tatmadaw não estava sujeita a nenhum controle civil, mas podia evitar qualquer decisão que considerasse prejudicial para ela. Em termos de orientação política geral, não houve desacordos com a NLD que justificassem uma ruptura com ela.

Afirmando sua legitimidade eleitoral, a NLD procurou modificar o desigual equilíbrio de poder, expandindo gradualmente os poderes do governo civil. Se cuidou muito para não questionar as fontes de enriquecimento dos generais e certamente não

previu a violência de sua reação. O Tatmadaw finalmente decidiu pôr um fim à distribuição de prerrogativas. O golpe de 1 de fevereiro pôs fim à coexistência entre o exército e um governo eleito em eleições livres, o que inexoravelmente deu a maioria ao partido concorrente liderado pela conselheira de Estado Aung San Suu Kyi [5]. De modo mais geral, a junta militar fez frente à sociedade civil, que se desenvolveu após a abertura econômica do país uma década antes: associações e sindicatos, direitos civis, etc. Se o Comitê de Desobediência Civil (CDC) foi formado imediatamente após o golpe, não foi apenas para protestar contra a derrubada de um governo eleito, mas também porque representava uma ameaça direta às liberdades; o precedente de 1988 [6] ainda estava fresco na memória.

A segunda questão levantada no exterior após o golpe foi precisamente esta: a geração de generais representada pela Comandante-Chefe Min Aung Hlaing agiria com a mesma brutalidade que a que o precedeu ou seria mais moderada? A resposta não tardou a chegar: o Tatmadaw não mudou.

O Tatmadaw não pode mudar. Composto de pelo menos 350.000 homens, é um estado dentro do estado, uma forma de poder total, um mundo à parte. Ele atua como um elevador social para jovens educados no culto do chefe, cujas famílias vivem em círculo fechado, e os oficiais gozam de privilégios que os tornam uma casta sobreposta à sociedade (como é também o caso, aliás, de setores da burguesia globalizada). Foi construído um mito que faz deles os garantidores dos interesses da nação. Mais prosaicamente, o corpo de oficiais extrai enormes lucros de seu controle da burocracia estatal e de dois grandes conglomerados, a Myanmar Economic Corporation (MEC) e a Myanmar Economic Holdings Limited (MEHL) [7], bem como do tráfico de pedras preciosas ou madeira. Em alguns casos eles constituem verdadeiros monopólios e cobrem numerosos setores: aviação, bancos e seguros, energia, produtos farmacêuticos, importação, construção, turismo, minas (especialmente jade),

etc.

O exército concede autorizações e licenças em muitos setores de atividade. A economia daqui não é exclusiva da Birmânia, longe disso, mas neste país ela é particularmente difundida, dando origem ao capitalismo clientelista, um instrumento de corrupção e controle. O poder do Tatmadaw não está organizado apenas em escala nacional, mas constitui também uma autoridade paralela que duplica, de cima para baixo, a administração civil, o que lhe confere, em cada nível, uma grande capacidade de influenciar a sociedade. Mesmo em tempos de crise, é aleatório esperar deserções significativas dentro dela (ao contrário da polícia, onde elas ocorreram). A experiência do passado o torna confiante de sua capacidade de suportar, apesar do conflito e das sanções (relativas) internacionais.

As instâncias do budismo

Neste país budista, onde a ordem monástica está dividida em nove seitas, agrupando cerca de 500.000 monges, o clero há muito tempo mantém um perfil baixo diante do protesto. Entende-se que as autoridades oficiais (a Sanga) não devem interferir nos assuntos políticos, mas na verdade não se abstêm de fazê-lo e tradicionalmente apoiam o regime estabelecido. Após 1 de fevereiro, o exército tentou, mais do que nunca, cortejar a hierarquia religiosa. Entretanto, os movimentos de referência budista podem cobrir todo o espectro político, dependendo dos períodos ou das questões em jogo.

Em 2007, a junta militar no poder na época decidiu aumentar os preços dos combustíveis sem aviso prévio, provocando uma crise social. Os militantes da geração de 1988, que se mobilizaram imediatamente, foram duramente reprimidos. Monges budistas e sua organização subterrânea, a Aliança de Todos os Monges Birmaneses, assumiram a liderança nas manifestações de massa. Por ocasião de outras mobilizações, em outras conjunturas ou sobre diferentes questões, o papel predominante foi desempenhado por uma extrema direita budista facista, como no

caso da Organização para a Defesa da Raça e da Nação (Ma Ba Tha), que foi fundamental no genocídio dos Rohingya.

Agora, sob pressão contínua do movimento de desobediência civil, a aliança conservadora das autoridades religiosas e do regime militar está rachando. Uma das figuras mais influentes, Sitagu Sayada, muito próxima do comandante-chefe, tem recebido infinitas críticas sobre as mídias sociais. No final, sua seita, a Shwe Kyin, apelou para os militares para moderar a repressão. Monges pró-democracia agora levantaram suas vozes, particularmente em Mandalay, a segunda cidade da Birmânia, onde vários mosteiros mostraram abertamente sua discordância. Nesta cidade, todos os dias os monges lideram uma demonstração relâmpago, conscientes de que sua presença atua como um escudo protetor.

Ultimamente, o presidente do Comitê Nacional da Sanga – uma estrutura criada pela junta e composta por veneráveis nomeados por ela – anunciou que suspendia todas as suas atividades. Más notícias para a junta!

Um impacto geopolítico

Se tivesse conseguido esmagar rapidamente o movimento de desobediência civil, é provável que a junta tivesse conseguido se safar no cenário internacional sem muitos danos. Em termos de investimento e comércio, a inserção da economia birmanesa é sobretudo regional: Singapura, China, Tailândia, Índia... (o primeiro país ocidental a figurar nesta lista é o Reino Unido). A regra de ouro da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) estipula a não-interferência nos assuntos internos dos países membros (esta associação é um clube de regimes autoritários). Esta é também a posição tradicional defendida pela China no Conselho de Segurança da ONU. Algumas empresas ocidentais (a companhia petrolífera francesa Total é um exemplo típico) têm um peso econômico e financeiro considerável, mas são usadas para colaborar com ditaduras inescrupulosas.

O movimento de desobediência civil não se extinguiu e mudou as regras do jogo diplomático. A atitude da China demonstra isso. Em tempos normais, ter-se-ia contentado em opor-se, juntamente com a Rússia, a qualquer interferência nos assuntos internos da Birmânia no Conselho de Segurança da ONU (a imprensa chinesa havia inicialmente descrito o golpe de Estado como uma grande remodelação ministerial). Desta vez, ela se opôs à condenação da junta pelo Conselho, mas teve que aceitar a expressão de grande preocupação do Conselho e sua exigência de libertação imediata de todos os detidos e o levantamento das restrições aos jornalistas e ativistas.

De modo mais geral, Pequim tem que conciliar interesses conflitantes, o que é muito difícil em tempos de crise aguda. Aung San Su Kyi tinha excelentes relações com o presidente chinês Xi Jinping; hoje ela está na prisão e sua acusação por alta traição foi anunciada. O PCC considera os territórios fronteiriços, ocupados no norte por minorias nacionais, como parte de seu perímetro geoestratégico de segurança e os vende armas. Por outro lado, ela precisa assegurar os investimentos muito importantes feitos na Birmânia, o que requer um acordo com os militares no poder. O acesso ao Oceano Índico é um objetivo importante, e o corredor birmanês (além do corredor paquistanês) lhe oferece um. Nessas condições, provavelmente dará prioridade à estabilidade do país, que está atualmente em questão.

Não há amor perdido entre Pequim e o Tatmadaw, que é profundamente anticomunista (o estado chinês não é mais comunista, mas não está claro se os generais birmaneses se deram conta disso). Entretanto, em tempos conturbados, os golpistas podem contar com o apoio mais ou menos entusiástico da China, Rússia, Vietnã e Camboja. Estes países foram representados na tribuna durante a celebração do Dia das Forças Armadas, Pequim, um pouco mais discretamente do que Moscou. A junta nomeou um governo que inclui personalidades civis birmanesas conhecidas por seus laços com o PCC (no campo

da cooperação econômica e cultural). Um movimento provavelmente destinado a facilitar a implantação do escudo protetor chinês.

Parece que Xi Jinping não tem nada a ver com o golpe de Estado de 1 de fevereiro (ele poderia tê-lo impedido?), mas o fato é que a junta militar usou o cartão chinês como um wild card que o incentivou a sair de cena. Assim, pode contar com seus dois principais fornecedores de armas, China e Rússia.

As sanções

Algumas sanções pós-corte doem, como o congelamento pelo Presidente dos EUA Joe Biden da transferência de US\$ 1 bilhão do Banco Federal dos EUA para a Birmânia. Outros mostram o que poderia ser feito e são um incentivo à solidariedade internacional, que no contexto atual pode ser eficaz. De modo geral, porém, as medidas visam apenas os membros da junta ou as vendas às forças repressivas; elas não afetam o poder econômico do Tatmadaw e não se aplicam por enquanto às principais empresas que comerciam com o Estado e a economia cáqui.

Desde 2017 e a perseguição ao Rohingya tem havido um êxodo de empresas da Birmânia, começando com o fabricante de cimento LafargeHolcim. Esta empresa franco-suíça anunciou no verão de 2020 a liquidação de sua filial birmanesa, quando foi citada no relatório de peritos independentes da ONU entre as empresas com vínculos contratuais ou comerciais com os militares. A cervejaria japonesa Kirin anunciou no início de fevereiro que planejava encerrar suas relações com as forças armadas birmanesas (ela opera duas cervejarias locais). A União Européia, no entanto, está atrasada nesta questão, assim como as empresas francesas, em particular.

O grupo hoteleiro Accor está se fazendo de inocente quando faz parceria com um conglomerado cáqui na construção de um hotel 5 estrelas com 366 quartos em Rangoon, o Novotel Yangon Max. Seu

parceiro é o Grupo Max Myanmar, uma entidade que ajudou os militares a construir uma infra-estrutura que impede o retorno da população Rohingya às suas terras no Estado de Rakain (Arakan) após as perseguições de 2017, que levaram ao seu êxodo. Em 2019, especialistas independentes da ONU concluíram uma investigação afirmando que o parceiro da Accor seria objeto de uma investigação criminal que poderia levá-lo ao tribunal por ter contribuído para um crime contra a humanidade. Nada menos que isso!

A Total, por sua vez, tem explorado parte do campo de gás Yadana ao largo da costa birmanesa desde 1992. Em 2020, o presidente birmanês concedeu à Moattama Gas Transportation Co, a subsidiária do grupo internacional Total registrada nas Bermudas, o prêmio para o maior contribuinte na categoria de empresas estrangeiras no ano fiscal de 2018-2019. Em geral, o Total é a principal, ou uma das mais importantes fontes de financiamento do Estado birmanês, tendo transferido \$257 milhões (213 milhões de euros) para ele em 2019. De agora em diante, como denuncia a ONG Justiça para Mianmar, “os investidores estrangeiros financiarão um regime militar brutal e ilegítimo, como já era o caso antes de 2011”. O CPHR, que representa a continuidade do parlamento eleito e, portanto, a autoridade legal do país, exigiu que a Total deixasse de pagar qualquer dinheiro à junta e ao exército. Ao recusar-se a fazê-lo, a Total está endossando o golpe de Estado.

O Canal+ (grupo televisivo francês, uma subsidiária da Vivendi) possui uma empresa holding registrada em Cingapura. Ela transmite em particular o canal de televisão pública Myanmar Radio and Television (MRTV) e alega ser tecnicamente incapaz de removê-lo de sua programação (o que o Facebook fez). Agências de viagens on-line Hotels.com e Oui.sncf continuam a oferecer estadias na Birmânia em um hotel à beira-mar de propriedade do filho do General Min Aung Hlaing. Outras empresas francesas estão tentando penetrar no mercado birmanês de segurança cibernética e sistemas de identificação

biométrica. De fato, o número de empresas francesas e européias ligadas na Birmânia ao Estado ou à economia cáqui é bastante significativo. Eles não devem ser autorizados a manter suas operações discretas.

A União Européia e as sanções

A União Européia está entrincheirada em uma definição restrita de sanções. De acordo com um diplomata, os ministros das Relações Exteriores dos 27 estados membros da UE declararam em 22 de fevereiro que estavam “prontos para tomar medidas restritivas contra os diretamente responsáveis pelo golpe militar e seus interesses econômicos. As sanções só podem afetar determinadas administrações ou indivíduos, militares ou não, mas primeiro é preciso reunir provas e estabelecer uma base legal para essas sanções” [8]. Como sublinha Sophie Brondel, da associação Info Birmanie, “não são apenas os militares, cujas economias são, em muitos casos, depositadas em Cingapura, mas também as grandes empresas que reforçam seu poder, que devem ser sancionadas”.

Bamars e minorias nacionais

A entrada em cena de uma nova geração militante, a chamada Geração Z, muito jovem (estudantes do ensino médio), e a força do movimento de desobediência civil permite repensar a questão crucial das relações entre os Bamars, no centro do país (68% da população), e as minorias nacionais, na periferia. As autoridades birmanesas, incluindo a Liga Nacional para a Democracia (LND), nunca promoveram planos de desenvolvimento comuns. O nacionalismo étnico Bamar é muito forte, assim como o sentimento de alienação em relação aos grupos étnicos, muitos deles armados, que povoam as áreas de fronteira. A questão do federalismo nunca foi resolvida, ainda que o nome oficial do país seja União da Birmânia ou República da União de Mianmar. As relações entre o regime militar e os Estados minoritários são moduladas principalmente por acordos de paz ou de cessar-fogo flutuantes, dependendo das circunstâncias e

das prioridades do regime.

De modo geral, as autoridades oficiais (parlamentos) dos estados nacionais permaneceram esperançosas diante do golpe de Estado de 1 de fevereiro. Por outro lado, em quase todos os lugares houve manifestações espontâneas contra o golpe militar, e uma parte da juventude, em particular, se identifica com o movimento geral de desobediência civil.

O Estado Karen (ou Estado Kayin), ao longo da fronteira tailandesa, é o que mais se opõe à ditadura. A 5ª Brigada da União Nacional Karen (KNU) é um dos maiores grupos armados do país e se declarou imediatamente pronta para acolher e proteger os membros da CPHR subterrâneos. Grandes combates irromperam, com o exército birmanês bombardeando o distrito de Papun. Mais de 10.000 pessoas haviam fugido de suas aldeias, algumas das quais haviam procurado refúgio na Tailândia, apesar de este país as ter rejeitado.

No Estado de Kachin, no extremo norte e na fronteira com a Índia e a China, o Exército da Independência de Kachin atacou um posto de retaguarda do exército birmanês em retaliação ao assassinato, pelo exército, de manifestantes do Movimento de Desobediência Civil (MDC). Na cidade de Shwegu, mais de 400 funcionários públicos, incluindo policiais, estão alegadamente envolvidos no movimento.

Em Arakan (Estado Rakain), a junta militar retirou o Exército Arakan (AA) da lista de organizações terroristas e declarou um cessar-fogo. Entretanto, a AA ameaça não respeitá-la se o exército continuar a atacar a oposição democrática em seu território. O mesmo está acontecendo em outros estados minoritários. As forças de autodefesa permanecem em prontidão, mas reagem quando o exército mata os manifestantes.

Para as minorias nacionais, a questão do federalismo é crucial. Nestes tempos conturbados, a LND (finalmente) se comprometeu a levar este assunto em consideração. Se este

compromisso se materializar, provocará uma mudança profunda na situação geopolítica dentro da Birmânia. Caso contrário, certas minorias estão ameaçando exigir independência.

A China ainda está pesando muito sobre a posição dos estados fronteiriços do norte. Quanto à junta militar, ela está fazendo o seu melhor para cooptar as elites sociais das minorias a fim de fortalecer os laços com elas. Está ocorrendo uma luta complexa, cujo resultado ajudará a moldar o futuro do país. É de se esperar que a história dramática (e muito específica) da longa perseguição e genocídio em 2017 da população Rohingya de maioria muçulmana, localizada no Estado de Rakain (Arakan), se torne finalmente conhecida pelas gerações mais jovens.

Uma nova situação política e o imperativo da solidariedade

A oposição maciça ao golpe de Estado de 1º de fevereiro levou à criação do Movimento de Desobediência Civil (MDC), que originalmente incluía os trabalhadores do cuidado e a Geração Z, cuja mobilização foi imediata, assim como sindicalistas como a confederação CTUM, que exigiu uma greve geral em 8 de fevereiro. Ela constitui uma estrutura para a auto-organização da resistência que não está subordinada à LND. Sua rápida criação mostra até que ponto um novo período se abriu na Birmânia, trazendo consigo uma experiência fundacional para a geração mais jovem.

No país Bamar, as mobilizações são frequentemente realizadas em nome da legitimidade eleitoral da LND de Aung San Suu Kyi (75 anos), mas o MDC é uma estrutura independente deste partido e em alguns lugares a resistência democrática tem que se organizar em condições adversas. Tudo isso afetará as relações entre a LND e a população. Como e até que ponto?

Para aqueles que não conhecem o país em profundidade (como é meu caso), é difícil desvendar toda a complexidade da situação. No entanto, os elementos principais parecem claros.

Em nenhum outro país vemos neste momento uma ditadura tão mortífera tentando esmagar uma resistência democrática tão excepcionalmente ampla. Uma situação que implica um dever imperativo de solidariedade. Por sua vez, a associação ESSF fornece em seu site informações contínuas sobre a evolução da situação e lançou um apelo à solidariedade econômica. Infelizmente, deve-se reconhecer que a solidariedade na França fica muito aquém do que é possível e necessário, sendo o Nouveau Parti Anticapitaliste (NPA) uma das poucas organizações que têm atuado neste campo.

31/03/2021

Notas

1/ Esta é a comemoração da revolta contra o ocupante japonês em 1945.

2/ Association for the Assistance of Political Prisoners, uma ONG local que registra o número de mortes desde o golpe de estado, publicado pelo jornal online The Irrawaddy.

3/ Citado por Bruno Philipp, Le Monde, 27/03/2021.

4/ O Comitê de Desobediência Civil foi formado imediatamente após o golpe de Estado de 1º de fevereiro e o apelo para uma greve geral foi lançado em 8 de fevereiro, notadamente pela confederação sindical CTUM.

5/ Oficialmente uma conselheira de Estado, Suu Kyi era chefe de estado de fato, mas não podia ser chefe de estado de jure porque os militares haviam incluído uma cláusula constitucional – dirigida contra ela – segundo a qual este cargo não poderia ser ocupado por alguém cujo cônjuge ou filhos fossem estrangeiros, como era o caso de seu marido.

6/ Naquele ano, houve uma crise muito semelhante à que vivemos hoje, na qual a oposição democrática foi esmagada em um banho de sangue: cerca de 3.000 pessoas foram mortas em três meses.

7/ Segundo um relatório da Anistia Internacional, a MEHL distribuiu, entre 1990 e 2011, 18 bilhões de dólares em dividendos ao pessoal militar ativo e aposentado.

8/ Citado por Bruno Philip e Julien Bouissou, Le Monde, 03/03/2021.